



## 8. O papel da ação antrópica na manutenção dos serviços ecossistêmicos no litoral do Paraná: paradigmas de agricultura e turismo

*The role of anthropic action in the maintenance of ecosystem services on the coast of Paraná: paradigms of agriculture and tourism*

*El papel de la acción antrópica en el mantenimiento de los servicios ecosistémicos en la costa del Paraná: paradigmas de la agricultura y el turismo*

**Gabriela Maria Leme Trivellato<sup>1</sup>**

**Luciana Maria de Lima Leme<sup>2</sup>**

**Ademir de Lucas<sup>3</sup>**

**Gabriel Adrián Sarriés<sup>4</sup>**

**Gustavo Nazato Furlan<sup>5</sup>**

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Ciências, Bolsista CAPES PROEX, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (PPGI ESALQ/CENA/USP), Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2485077174947081>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1056-311X>. E-mail: [gabriela.trivellato@usp.br](mailto:gabriela.trivellato@usp.br).

<sup>2</sup>Doutoranda em Ciências, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (PPGI ESALQ/CENA/USP), Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil. Extensionista do Bem-Estar Social II (EMATER/MG). Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, Ouro Fino/MG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7605611897984946>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7747-6838>. E-mail: [luma-leme@usp.br](mailto:luma-leme@usp.br).

<sup>3</sup>Doutor em Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses. Técnico Especializado de Nível Superior aposentado da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3049932705527790>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2088-6625>. E-mail: [ademirdelucas@gmail.com](mailto:ademirdelucas@gmail.com).

<sup>4</sup>Doutor em Ciências (Energia Nuclear na Agricultura). Professor do Departamento de Ciências Exatas da ESALQ, Universidade de São Paulo, Piracicaba, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9756268059359899>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9916-0033>. E-mail: [gasarrie@usp.br](mailto:gasarrie@usp.br).

<sup>5</sup>Doutorando em Ciências, Bolsista CAPES PROEX, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (PPGI ESALQ/CENA/USP), Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8760691316285666>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3643-0980>. E-mail: [gustanfurlan@yahoo.com.br](mailto:gustanfurlan@yahoo.com.br).

## Resumo

Nos últimos 20 anos, por meio de iniciativas de atores locais e órgãos públicos, a região do Litoral do Paraná, que era uma das mais pobres do Estado, é hoje reconhecida pela preservação ambiental e riqueza cultural, tendo se tornado um dos principais destinos turísticos paranaenses. A partir do caso de sucesso da região, este artigo objetiva analisar em que medida os paradigmas de agricultura e turismo influenciam o desenvolvimento de uma localidade. Parte-se da hipótese de que a forte presença da agricultura familiar teve papel chave na gestão desse território, pressionando o poder público a favorecer a preservação ambiental e o turismo não predatório. Este trabalho foi realizado em três etapas: 1. Classificação dos sete municípios da região enquanto rurais, conforme a definição do CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável); 2. Levantamento de iniciativas estaduais em prol dos ODS a partir do site do CEDES (Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Paraná); 3. Análise de sete trabalhos de pesquisa desenvolvidos entre 2003 e 2022 realizados na região. No campo da Gestão Social, este artigo diferencia-se ao analisar conjuntamente turismo e agricultura, áreas de estudo com forte potencial para impulsionar o desenvolvimento territorial.

**Palavras chave:** Multifuncionalidade da agricultura, Desenvolvimento territorial, Agricultura familiar, Serviços ecossistêmicos.

## Abstract

In the last 20 years, through initiatives by local actors and public agencies, the region of the Coast of Paraná, which was one of the poorest in the State, is now recognized for its environmental preservation and cultural richness, having become one of the main tourist destinations in Paraná. Based on the region's success story, this article aims to analyze the extent to which agriculture and tourism paradigms influence the development of a location. It is assumed that the strong presence of family farming played a key role in the management of this territory, putting pressure on public authorities to favor environmental preservation and non-predatory tourism. This work was carried out in three stages: 1. Classification of the seven municipalities in the region as rural, according to the definition of CONDRAF (National Council for Sustainable Rural Development); 2. Survey of state initiatives in favor of the SDGs from the CEDES website (State Council for Economic and Social Development of the State of Paraná); 3. Analysis of seven research works carried out between 2003 and 2022 in the region. In the field of Social Management, this article differentiates itself by jointly analyzing tourism and agriculture, areas of study with strong potential to promote territorial development.

**key words:** Multifunctionality of agriculture, Territorial development, Family farming, Ecosystem services.

## Resumen

En los últimos 20 años, a través de iniciativas de actores locales y organismos públicos, la región costera de Paraná, que era una de las más pobres del estado, hoy es reconocida por su preservación ambiental y riqueza cultural, habiéndose convertido en uno de los principales destinos turísticos de Paraná. Basado en la historia de éxito de la región, este artículo tiene como objetivo analizar en qué medida los paradigmas de agricultura y turismo influyen en el desarrollo de un lugar. Se supone que la fuerte presencia de la agricultura familiar jugó un papel clave en la gestión de este territorio, presionando a las autoridades públicas para que favorecieran la preservación del medio ambiente y el turismo no depredador. Este trabajo se desarrolló en tres etapas: 1. Clasificación de los siete municipios de la región como rurales, según la definición del CONDRAF (Consejo Nacional de Desarrollo Rural Sostenible); 2. Relevamiento de iniciativas estatales a favor de los ODS a partir del sitio web del CEDES (Consejo Estadual de Desarrollo Económico y Social del Estado de Paraná); 3. Análisis de siete trabajos de investigación realizados entre 2003 y 2022 en la región. En el campo de la Gestión

Social, este artículo se diferencia por analizar conjuntamente el turismo y la agricultura, áreas de estudio con fuerte potencial para impulsar el desarrollo territorial.

**Palabras clave:** Multifuncionalidad de la agricultura, Desarrollo territorial, Agricultura familiar, Servicios ecosistémicos.

## INTRODUÇÃO

Há 20 anos, no texto “O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social”, Naína Pierri Estades (2003, p. 26) discutiu embates locais, envolvendo os diversos atores sociais e dicotomias. A região do Litoral do Paraná foi definida como um lugar de paradoxos, “uma das regiões mais pobres do estado” e a “última fronteira de ocupação”, a qual atrai “grandes contingentes de imigrantes, na esperança de melhorar sua vida”. Por um lado, possuidora de “valiosos remanescentes naturais” e “objeto de uma ampla bateria de disposições legais para protegê-los”. E, todavia, “com crescentes níveis de degradação”, o litoral paranaense possuía um “grande potencial econômico e atividades em expansão”, enquanto, de forma geral, a região permanecia subdesenvolvida. Atualmente, a Secretaria da Comunicação Social do Governo do Estado Paraná reconhece o Litoral como uma das principais regiões turísticas do Estado (PARANÁ, 2023). O turismo na região está ancorado na preservação ambiental e cultural.

Este artigo procura discutir as potencialidades da ação antrópica – por meio do turismo e da agricultura - para a valorização das especificidades locais e manutenção dos serviços

ecossistêmicos, especialmente os serviços culturais. Para isso, escolheu-se estudar a região do Litoral do Paraná. Essa escolha deve-se à crescente valorização dos ODS por iniciativa do Governo do Estado do Paraná e por se tratar de uma região com histórica importância da atividade agrícola. Acredita-se que o turismo na região desenvolveu-se em função da forte presença da agricultura familiar, responsável pela preservação dos ecossistemas e pela manutenção da cultura local (TRIVELATO; DOS SANTOS, 2019).

Trata-se de reconhecer que os agricultores familiares teriam atuado como os principais influenciadores dos mecanismos de Gestão Social na região. Eles teriam sido os responsáveis por pressionar os dirigentes por estratégias de manutenção da biodiversidade local, reconhecimento e valorização cultural e promoção de um turismo não predatório. Nesse sentido, a pressão política exercida por este grupo teria sido a principal ferramenta de articulação em favor da manutenção dos serviços ecossistêmicos nesta região, promovendo a valorização deste território, por meio da preservação ambiental e a manutenção cultural – aspectos interessantes do ponto de vista turístico. Acredita-se no potencial de

transformação do território a partir da presença da agricultura familiar visto que, decorridos 20 anos do estudo de Naína Estades, a região do Litoral do Paraná é uma região turística alicerçada na proteção ambiental e cultural.

O “Observatório Ipea de Gestão do Conhecimento (GC) e Inovação na Administração Pública - OIGC” explica que “a área de Gestão Social está em formação”, dedicando-se ao estudo dos “processos de gestão considerando o interesse da sociedade enquanto um todo e sua interrelação com o econômico” (IPEA, 2024, online).

A perspectiva da Gestão Social se estrutura a partir de dois focos: o social em complementariedade ao econômico e no foco do espaço público, como lócus de interface entre a sociedade civil e o Estado. A partir desses dois focos o campo desenvolve uma diversidade de estudos com ênfase nos processos de controle social, regulação, TI e sociedade, organização do trabalho e precarização. Os trabalhos de pesquisa em Gestão Social têm como objetivo superar a distinção entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, ao se concentrarem no desenvolvimento de propostas que contemplem a sustentabilidade social e ambiental e o interesse na transformação social (IPEA, 2024, online).

A definição do IPEA sobre o conceito de Gestão Social revela a contribuição deste trabalho para esta área de estudo. Trata-se de perceber que o desenvolvimento da região do Litoral do Paraná de “uma das regiões mais pobres do estado” (ESTADES, 2003, p. 26) para uma das principais regiões turísticas do Estado (PARANÁ, 2023) não se trata de um fenômeno puramente econômico. A região passou por uma transformação de cunho ambiental e social. E, ao mesmo tempo, ao partirmos da hipótese de que a presença dos agricultores familiares na região foi responsável por influenciar o seu desenvolvimento nos últimos 20 anos, entende-se que as transformações da região foram gestadas num âmbito social.

Este artigo organiza-se na Revisão de Literatura, desenvolvida em três seções dedicadas aos temas de: 1. serviços ecossistêmicos; 2. multifuncionalidade da agricultura, e; 3. Municípios rurais. Em seguida, apresentam-se os Objetivos gerais e específicos. A metodologia, de caráter quali-quantitativo, consistiu na análise documental, separada em três etapas: 1. classificação dos sete municípios da região do Litoral do Paraná como municípios rurais; 2. levantamento de iniciativas do Governo do Estado do Paraná em prol dos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, enquanto evidências da preocupação do poder público estadual para com a manutenção dos serviços ecossistêmicos locais; 3. análise de trabalhos desenvolvidos na região do Litoral do Paraná que evidenciam a influência da ação antrópica sobre o desenvolvimento do território em questão, nos últimos 20 anos. A seção Resultados e Discussão foi desenvolvida a partir de cada uma das três etapas mencionadas na metodologia, organizada nos tópicos: 5.1 Municípios rurais no Litoral do Paraná; 5.2 Paraná e os ODS: iniciativas estaduais; 5.3 Turismo e agricultura no Litoral do Paraná: ação antrópica para o desenvolvimento territorial.

## **REVISÃO DE LITERATURA**

### **SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS**

O documento “Ecosystem and human well-being: biodiversity synthesis”, do Millennium Ecosystem Assessment, do World Resources Institute, Washinton, DC (MEA, 2005a; BRUNDTLAND, 1987) elenca 37 serviços ecossistêmicos, definidos como os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas. A questão central defendida pela Millennium Ecosystem é a de que os seres humanos dependem dos ecossistemas, em termos de necessidades materiais, saúde, boas

relações sociais, segurança, liberdade de escolha e ação.

Os 37 serviços foram separados em quatro categorias: 1. Serviços de provisão, tais como alimento, água, madeira e fibras; 2. Serviços de regulação, como o equilíbrio climático, controle de inundações, doenças, desperdício e qualidade da água; 3. Serviços culturais, relacionados à recreação, prazer estético, realização espiritual, e; 4. Serviços de suporte, associados à formação do solo, fotossíntese e ciclagem de nutrientes.

De modo particular, no que concerne aos serviços culturais, a Millennium Ecosystem Assessment (MEA, 2005b) explica que o impacto da perda dos serviços culturais, embora difícil de ser mensurado, é especialmente importante para muitas populações. Culturas humanas, sistemas de conhecimento, religiões e interações sociais têm sido fortemente influenciados pelos ecossistemas.

Os serviços ecossistêmicos culturais são benefícios imateriais que as pessoas obtêm dos ecossistemas por meio do enriquecimento espiritual, desenvolvimento cognitivo, reflexão, recreação e experiências estéticas. Relacionam-se à valorização da cultura local, das relações sociais entre as pessoas. Reconhecê-los implica adotar

uma perspectiva diferente daquela predatória, focada no lucro, mas voltada ao respeito à população e à biodiversidade locais. Foram dez os serviços ecossistêmicos culturais elencados nessa avaliação: 1. Diversidade cultural; 2. Valores espirituais e religiosos; 3. Sistemas de conhecimento (tradicional ou formais); 4. Valores educacionais; 5. Inspiração; 6. Valores estéticos; 7. Relações sociais; 8. Sentido de pertencimento; 9. Herança de valores culturais; 10. Recreação e ecoturismo (MEA, 2005b).

### **MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA**

No campo de estudo da multifuncionalidade da agricultura (MFA), convém diferenciar este conceito daqueles de pluriatividades e atividades para-agrícolas. Para Moruzzi Marques e Lacerda (2008, p. 154), a ideia de pluriatividade limita-se à “atividade agrícola em tempo parcial associada, sobretudo, ao assalariamento em circunstâncias nas quais existam dinâmicos mercados de trabalho industrial ou de serviços”. As “atividades para-agrícolas”, por sua vez, são desenvolvidas paralelamente à agricultura, na medida em que favorecem o cumprimento de suas múltiplas funções. Trata-se de atividades em agroindústria, turismo rural ou preservação ambiental, que

estejam associadas à unidade familiar de produção. Roux e Fournel (2003) defendem os casos de agricultores que exercem diferentes atividades em tempo integral nas suas unidades, pois estas atividades estariam favorecendo a MFA. Nestes casos, esta pluriatividade seria identificada como para-agrícola.

Segundo a definição de Maria José Carneiro e Renato Maluf (2003), a MFA teria quatro principais papéis na realidade rural brasileira: a) reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; c) manutenção do tecido social e cultural; d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

A “Reprodução socioeconômica das famílias rurais” relaciona-se à permanência das famílias de agricultores no meio rural, vivendo da agricultura em condições dignas. A “Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade” refere-se ao acesso, disponibilidade e qualidade dos alimentos. O fator “manutenção do tecido social e cultural” descreve a agricultura como principal fator definidor de identidade social das famílias rurais brasileiras. Acredita-se que, por meio da condição de agricultor – e entender-se como tal – ocorre a inserção social destas famílias

e a definição dos seus padrões de sociabilidade. A “preservação dos recursos naturais e da paisagem rural” apresenta as contribuições (ou danos) da agricultura para a paisagem rural e o patrimônio natural. Estes quatro fatores interligam-se, na medida em que a reprodução das famílias rurais depende dos recursos naturais e da preservação da paisagem rural, bem como a partir desses dois fatores, dá-se a manutenção de um tecido social e cultural (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 148).

Sobre a interdependência dos quatro fatores componentes da MFA, na dissertação de mestrado “Sistema de avaliação ponderada da multifuncionalidade da agricultura: seres humanos e serviços ecossistêmicos”, Trivellato (2021), ao propor um índice para avaliar a MFA de forma quantitativa, considerou a interdependência desses papéis, indicando a especial importância da “Manutenção do tecido social e cultural”. Para Trivellato (2021, p. 114), “o paradigma de desenvolvimento defendido pelo gestor do estabelecimento agropecuário, pela comunidade de agricultores ou pelo administrador do município ou estado” seria determinante para orientar seu posicionamento quanto à “Preservação dos recursos naturais e da paisagem

rural”. Por sua vez, a “Reprodução socioeconômica das famílias rurais” e a ‘Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade’ dependem da ‘Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural’”. Esta conclusão associa-se à ideia de que “a sobrevivência dessa comunidade de agricultores” seria fundamentalmente dependente da “preservação dos recursos naturais”.

### **MUNICÍPIOS RURAIS**

A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) classifica as regiões em “essencialmente rurais, relativamente rurais e essencialmente urbanas”. Segundo essa proposta, “países como Suécia, França e Estados Unidos possuem mais de 70% de sua população vivendo nos dois primeiros tipos de regiões rurais” (ROMANO; SOARES; MENEZES, 2013, p. 52). Repensar a classificação dos municípios brasileiros, considerando as relações com a atividade agrícola encontram respaldo nos trabalhos Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE/UNICAMP, em especial, aqueles sob a organização de Clayton Campanhola e José Graziano da Silva (2004, 2000a, 2000b apud CINTRA; BRANDENBURG, 2013, p. 158).



Ancorado na definição da OCDE, o Condraf (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável), em 2010 durante a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), propôs a classificação de “rurais” para os municípios que possuam “menos de 50 mil habitantes e menos de 80 habitantes por quilômetro quadrado” (ROMANO; SOARES; MENEZES, 2013, p. 52).

Conforme Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra (2018), uma parte considerável dos municípios brasileiros poderia ser classificada como rural. Esta conclusão funda-se na ideia de que a atividade agrícola tem importância central na dinâmica desses territórios. Isto é definido por Maria José Carneiro e Renato Maluf (2003, p. 148) ao apresentarem as quatro principais funções da multifuncionalidade da agricultura (MFA) na realidade rural brasileira. Dentre estas, encontra-se aquela referente à “manutenção do tecido social e cultural”, segundo a qual, para boa parte das famílias rurais brasileiras, sua identidade social é definida a partir da condição de agricultor. Por meio da agricultura, estas famílias inserem-se socialmente e estabelecem seus padrões de sociabilidade.

## **OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS**

A partir do caso de sucesso de desenvolvimento territorial da região do Litoral do Paraná, este artigo objetiva analisar em que medida a escolha dos paradigmas de agricultura e turismo influenciam o desenvolvimento de uma localidade. De modo particular, os objetivos específicos deste trabalho se concentram em, partindo do exemplo do Litoral do Paraná, verificar a importância da permanência das pessoas no campo, aspecto estudado no âmbito da multifuncionalidade da agricultura, no que concerne à influência que essas pessoas podem exercer sobre o poder público para: 1. reivindicar ações em prol da preservação ambiental; 2. influenciar iniciativas promotoras de formas de turismo que sejam mais preocupadas com o bem-estar da população local do que com a exploração das pessoas e dos recursos locais em detrimento dos turistas. Parte-se da hipótese de que a forte presença da agricultura familiar na região foi responsável por influenciar mecanismos de Gestão Social que favorecessem a preservação ambiental e a valorização das especificidades locais.

## **METODOLOGIA**

A primeira etapa deste estudo consistiu em classificação dos sete municípios da

região do Litoral do Paraná enquanto rurais, conforme a definição proposta pelo CONDRAF, sendo eles: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Para isso, foram utilizados os dados da “Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022” (IBGE, 2023) e a área dos municípios em km<sup>2</sup> (IBGE, 2022).

Na segunda etapa, a partir do site do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Paraná – CEDES, foi feito um levantamento de iniciativas estaduais em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dentre elas, destacam-se o desenvolvimento das plataformas Paranacidade (2023b); Paraná Interativo (2023b), e; o “Paraná de Olho nos ODS” (CEDES PR, 2023, online).

Na terceira etapa do estudo, foram analisados sete trabalhos de pesquisa desenvolvidos entre 2003 e 2022 realizados junto à região do Litoral do Paraná que oferecessem indícios da relação entre a ação antrópica e a preservação dos serviços ecossistêmicos no território em questão, por meio da valorização das especificidades locais. Trata-se dos trabalhos de: Estades (2003); Battistuz e Zardo (2014);

Caldeira e Pierri (2014); Anacleto, Coelho e Curvelo (2016); Baltazar (2018); Paula, Pigosso e Wroblewski (2018); Dallabrida (2022).

## **DESENVOLVIMENTO**

### **MUNICÍPIOS RURAIS NO LITORAL DO PARANÁ**

Em seus trabalhos junto aos municípios paranaenses, Cintra e Brandenburg (2013, p. 157) utilizam o “qualificativo municípios agrícolas”, pois “além de apresentarem características de municípios rurais (baixos patamar e densidade populacional), detêm altas proporções de ocupados agrícolas”. Explicam que “tais municípios, considerados agrícolas, apresentam também uma alta dependência espacial, o que caracteriza algumas mesorregiões do estado”.

Considerando a natureza da ocupação, fica claro que existem vários rurais, não apenas um novo rural. Outra questão a ser considerada, quando se fala em atividades não agrícolas, é a existência de atividades do setor secundário (indústria de transformação) relacionadas a produtos agrícolas, como, por exemplo, a fabricação de produtos derivados da carne, de conservas de frutas, legumes, laticínios etc. Em determinados estabelecimentos agropecuários, alguns membros da

família podem estar ocupados em atividades agrícolas (bovinocultura leiteira), enquanto outros dão conta das atividades não agrícolas – na agroindústria rural (laticínios), sendo que ambas as atividades relacionam-se à produção primária e coexistem no mesmo estabelecimento (CINTRA; BRANDENBURG, 2013, p. 157-158).

Na 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência “Ciência, Cultura e Saberes Tradicionais para enfrentar a pobreza”, Alves et al. (2012) apresentaram o texto “Receita orçamentária: uma análise comparativa entre os sete municípios do Litoral do Paraná”, no qual diferenciam os sete municípios em seus principais aspectos socioeconômicos:

Com uma área de 6.057km<sup>2</sup>, o Litoral do Paraná (...) apresenta indicadores socioeconômicos heterogêneos, dado especialmente pelo desenvolvimento de atividades econômicas distintas, como agrícola (Antonina, Guaraqueçaba e Morretes), praiano-turísticas (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná) e portuária para o município de Paranaguá (ALVES et al., 2012, n.p., grifos nossos).

Na Tabela 1, Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba e Morretes foram classificados enquanto municípios rurais. Os resultados coincidem com a

diferenciação apontada por Alves et al. (2012), exceto pelo município de Guaratuba, cuja principal atividade econômica seria a praiano-turística. Para construção da Tabela 1, foram utilizados os dados de população e área dos sete municípios do litoral paranaense. A classificação considerou a proposta do CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável), segundo a qual classificam-se como “rurais” os municípios que possuem “menos de 50 mil habitantes e menos de 80 habitantes por quilômetro quadrado” (ROMANO; SOARES; MENEZES, 2013, p. 52).

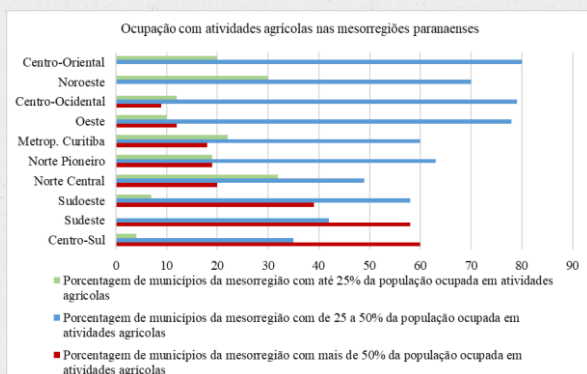
Tabela 1 – Classificação dos sete municípios do Litoral do Paraná, considerando a proposta do Condraf

Município	População	Área município (km <sup>2</sup> )	Habitantes por km <sup>2</sup>
Antonina	17.261	891,582	19,36
Guaraqueçaba	7.446	2.011,36	3,702
Guaratuba	42.801	1.326,67	32,262
Matinhos	39.212	117,899	332,59
Morretes	18.396	684,58	26,872
Paranaguá	157.043	822,838	190,855
Pontal do Paraná	32.985	200,41	164,588
		Menos de 50 mil habitantes	
		Menos de 80 habitantes por km <sup>2</sup>	
		Município rural pela definição do Condraf	

Fonte: Autores, a partir da “Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022” (IBGE, 2023) e a área dos municípios em km<sup>2</sup> (IBGE, 2022).

O Gráfico 1 foi adaptado de gráfico desenvolvido por Cintra e Brandenburg (2013, p. 157), originalmente intitulado “participação relativa de municípios, por classes de ocupados em atividades agrícolas, segundo mesorregiões geográficas”.

Gráfico 1 – Porcentagem de municípios das mesorregiões por classes de ocupação em atividades agrícolas



Fonte: adaptado de Cintra e Brandenburg (2013, p. 157).

Construído a partir dos dados referentes a 2010, do Censo Demográfico (IBGE, 2012) para os municípios paranaenses até 20 mil habitantes, este gráfico apresenta da Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba (UTFPR, 2023), da qual os municípios do litoral paranaense fazem parte. Desta mesorregião, tem-se que 60% dos municípios possuem de 25 a 50% da população ocupada em atividades agrícolas. Menos de 20% dos municípios têm mais de 50% do pessoal nessas atividades. E mais de 20% dos municípios têm até 25% da população ocupada em atividades agrícolas.

O Gráfico 1 revela a relevância da atividade agrícola na Mesorregião Metropolitana de Curitiba. Além disso, conforme a definição do CONDRAF, quatro dos sete municípios da região do Litoral do Paraná classificam-se como rurais. Apesar da proximidade com a capital do Estado e da movimentação portuária, os dados do Gráfico 1 desenvolvido por Cintra e Brandenburg, com base no Censo de 2010, revelaram a importante participação da agricultura na ocupação da população local. Os resultados da Tabela 1, por sua vez, utilizando os dados do Censo 2022, demonstram que o Litoral do Paraná permanece com uma dinâmica marcada pela ruralidade: nas palavras de Cintra e Brandenburg (2013, p. 157), “baixos patamar e densidade populacional”.

## PARANÁ E OS ODS: INICIATIVAS ESTADUAIS

Em notícia de 18 de maio de 2023, sob o título “Para ampliar alcance da Agenda 2030, Estado recebe Missão da OCDE na próxima semana”, o Paranacidade apresenta seu compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 (PARANACIDADE, 2023b, online).

O Governo do Paraná, por meio da Superintendência Geral de Desenvolvimento Econômico e Social

(SGDES) e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES), com o apoio das Secretarias de Estado e do Serviço Social Autônomo Paranacidade, vinculado à Secretaria das Cidades (SECID), vai receber uma Missão da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na próxima semana. O encontro será na terça e na quarta-feira, 23 e 24, no Palácio Iguçu, em Curitiba. Essa é a quarta Missão da OCDE no Paraná dentro do Programa “Uma Abordagem Territorial aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, criado pela entidade para apoiar Cidades e Estados na tarefa de desenvolver, implementar e monitorar estratégias para alcançar os ODS. O Paraná foi o primeiro Estado brasileiro a integrar essa iniciativa, ainda em 2019, junto com outras nove Regiões e Cidades de outros Países. O encontro terá como foco avaliar a implantação de ações recomendadas pela Organização Internacional para o Paraná acelerar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). São 17 ODS, com 169 metas que guiam as boas práticas nos Países que aderiram à Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU). O Programa contribui para o Paraná se tornar referência em planejamento com foco na sustentabilidade, preocupado com o

futuro e com Políticas Públicas que melhorem a qualidade de vida e ajudem o desenvolvimento social, econômico e ambiental (PARANACIDADE, 2023b, online, grifos nossos).

Por meio do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Paraná – CEDES, o Estado possui o “Paraná de Olho nos ODS”, uma “estratégia do Governo do Paraná para implementar a agenda 2030 da ONU” (CEDES PR, 2023, online). Trata-se de desenvolver “capacidades no setor público paranaense” que favoreçam o “planejamento, execução e monitoramento de políticas públicas (...) alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS”. Nesse sentido, o “Paraná de Olho nos ODS” fomenta o uso de “ferramentas que oportunizam o acompanhamento e a análise dessas políticas, bem como seu planejamento e a sua execução de modo eficiente, aumentando os retornos sociais das ações do Governo” (CEDES PR, 2023, online).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e sancionou a Lei Nº 15.211 de 17 de julho de 2006, instituindo o Paranacidade, “pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse público, sob a modalidade de serviço social autônomo (...) constituído com a finalidade de

fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado” (SUSTENTABILIDADE URBANA, 2023a online). Vinculado à Secretaria de Estado das Cidades - SECID, incumbida de “supervisionar a sua gestão e administração”, o Paranacidade assinou, em 13 de julho de 2017, o termo de adesão junto ao Movimento Nacional ODS Nós Podemos (MNOODS) (SUSTENTABILIDADE URBANA, 2023d), tendo recebido o “Certificado de Adesão” em agosto de 2017, comprometendo-se a “trabalhar em prol dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados pela ONU” (op cit., 2023a, online). No Estado do Paraná, 393 municípios dos 399 do assinaram o Termo de Compromisso aos ODS em 25/01/2023. Dentre eles, os sete que compõem a região do Litoral do Paraná (op cit., 2023b).

Visando a “integração de dados de diversas fontes em um ambiente SIG e a facilidade de acesso”, o Governo do Estado do Paraná criou o programa “Paraná Interativo”, a partir do Decreto Estadual 4468 de 12 de abril de 2012. A plataforma disponibiliza “consultas interativas, indicadores e mapas para dados georreferenciados que abrangem os 399 municípios do Estado do Paraná” (PARANÁ INTERATIVO, 2023b,

online). Por meio do “Paraná Interativo”, encontram-se os mapas das Associações de municípios (Figura 1). Dentre estas, encontra-se a Associação dos Municípios do Litoral do Paraná (AMLIPA) (SECID, 2023, online).

*Figura 1 – No canto inferior direito, a AMLIPA (Associação dos Municípios do Litoral do Paraná)*



*Fonte: Paraná Interativo (2023a, n.p.)*

Além disso, por meio do Paraná Interativo (2023a), é possível acessar o Portal dos Municípios. No Portal dos Municípios, encontram-se documentos de cada um dos sete municípios que compõem a região do litoral do Paraná. Dentre eles, o Termo de Compromisso assinado pelo município de Antonina junto ao Paranacidade, objetivando a revisão de seu Plano Diretor Municipal, adequando-as às diretrizes do Paranacidade (PORTAL DOS MUNICÍPIOS, 2018), e; o Termo de Compromisso à Agenda 2023 da ONU, seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas, assinado pelo município de Guaraqueçaba (PORTAL DOS MUNICÍPIOS, 2021). O Portal dos

Municípios constitui “uma iniciativa do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE”, com o objetivo de “criar um canal restrito de comunicação com os municípios do estado do Paraná e construir um acervo, de acesso público, relativo a documentos técnicos e legais de interesse comum, dos municípios e demais interessados” (PORTAL DOS MUNICÍPIOS, 2023, online).

Acreditamos que as iniciativas do poder público estadual paranaense em prol dos ODS são indicativos do reconhecimento de que os seres humanos são responsáveis pela gestão dos serviços ecossistêmicos locais. Além disso, demonstram a valorização desses serviços, os quais são relevantes para qualidade de vida da população local e tornam a região única em termos de heterogeneidade da paisagem e diversidade cultural.

## **TURISMO E AGRICULTURA NO LITORAL DO PARANÁ: AÇÃO ANTRÓPICA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Dallabrida (2022) propõe uma análise multidimensional do desenvolvimento territorial. Da mesma forma que a Millennium Ecosystem Assessment (2005a; 2005b) apresentou que os benefícios que os seres humanos obtêm

dos ecossistemas (serviços ecossistêmicos) não se limitam aos bens para exploração econômica, para Dallabrida (2022), a avaliação do desenvolvimento de um território vai além de aspectos econômicos, devendo ser considerados dezoito princípios na análise territorial. Dentre os princípios, ele destaca o pluralismo, que implica no reconhecimento e valorização equitativa dos conhecimentos e cosmovisões dos diferentes atores presentes no território. O princípio da incompletude relaciona-se à ideia de que a realidade de cada território é dinâmica e esse dinamismo deve ser levado em consideração nas análises. Além disso, Dallabrida (2022) aponta a interdependência, a multidimensionalidade, a multidisciplinaridade e o anti-reduccionismo como princípios a serem adotados nas abordagens territoriais.

Em 2003, Naína Estades definiu o litoral paranaense como lugar de “grande heterogeneidade ambiental e socioeconômica, e com fortes paradoxos”, marcado pela “variedade de ecossistemas”, “diversidade de atividades econômicas”, “com graus distintos de desenvolvimento”, por uma “variedade cultural de populações de origem e trajetórias históricas diferentes”, e por “fortes desigualdades sociais” (ESTADES, 2003, p. 26).

Atualmente, Baltazar (2018) define o Litoral do Paraná como uma região pujante em virtude não apenas de seus aspectos culturais (p. ex: populações, música e dança tradicionais) e de sua economia (p. ex: pesca, turismo, agricultura, pecuária, comércio e atividade portuária, mas também do seu patrimônio natural, em especial suas formações vegetais, cujas áreas de conservação chegam a 62,5% do total. (...) Essa relevância socioeconômica e ambiental vem pautando iniciativas estatais e da sociedade em direção a uma convivência humana mais racional e à melhoria da qualidade de vida na região litorânea. Dentre eles, no âmbito do macroplanejamento normativo, destaca-se o Decreto Estadual nº 4.996, de 05/06/2016, que aprovou o ‘Regulamento que define o documento técnico científico Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Paranaense, ZEE PE – Litoral’. (BALTAZAR, 2018, p. 7).

Paula, Pigozzo e Wroblewski (2018, p. 25-27) explicam que “a relevância da combinação de patrimônio natural e cultural existente no litoral do Paraná pode ser justificada pelo elevado número de atos declaratórios internacionais estabelecidos para a região”. Dentre eles, destacam-se:

“Hotspot de biodiversidade”; “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela UNESCO em 1993”; “Sítios do Patrimônio Mundial Natural”, recebida em 1999 pela UNESCO; “Sítios Ramsar”, recebida pela Estação Ecológica de Guaraqueçaba e por parte da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba, em 2017.

Juntamente com o litoral sul do Estado de São Paulo, o litoral do Paraná abriga o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica em toda a costa brasileira, dando suporte, por meio da grande diversidade biológica e dos serviços ecossistêmicos, a quase uma centena de comunidades de culturas e práticas distintas. Além disso, também suporta atividades de turismo, de recreação, de serviços, de produção e de transformação (SCEFFER DA SILVA et al., 2016) (PAULA; PIGOZZO; WROBLEWSKI, 2018, p. 25, grifos nossos).

No estudo “Paraná - Estudo estatístico 20 anos de turismo”, desenvolvido numa parceria entre o Paraná Turismo (PRTUR) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE PR), Battistuz e Zardo (2014) apresentam o fluxo de turistas para os municípios do Litoral do Paraná nos anos de 1992, 1997, 2002, 2007 e



2012. Entre esses anos, o número de turistas variou entre 2.304.279 e 2.597.392. O Litoral do Paraná, “analisado como um conjunto formado por sete municípios”, apresenta “uma forte participação de turistas do próprio estado”, constituindo 88,3% do total, consolidando a região como um importante destino de veraneio” (BATTISTUZ; ZARDO, 2014, p. 59-60).

Segundo o documento “Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS): Polo Turístico do Litoral Paranaense”, desenvolvido pelo Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná (SETU, 2010, p. 17, grifos nossos), a seleção da “área turística, composta pelos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná” justifica-se porque “esses municípios apresentam alto grau de integração, o que lhes confere uma identidade específica em relação a outras regiões do Estado e exige a articulação das ações voltadas para o desenvolvimento turístico”. Por outro lado, na época, para a SETU (2010, p. 17), “a atividade turística diversificada desenvolvida na região ainda se encontra em processo de reconhecimento”, pois, “apesar da

sazonalidade” causada “pelo forte impacto do turismo de sol e praia, o Litoral Paranaense apresenta uma diversidade de atrativos permitindo o desenvolvimento do turismo de forma perene”.

A região necessita de incremento no posicionamento de mercado para aumentar a capacidade de agregar valor, dinamizando a economia regional e promovendo a qualidade de vida com o desenvolvimento do turismo. O turismo de sol e praia, o ecoturismo e o turismo cultural são os principais segmentos turísticos que apresentam uma estruturação de produto no Litoral Paranaense. O ecoturismo e o turismo cultural são segmentos relevantes no atual contexto de mercado, tendo em vista que, atualmente, há uma procura crescente por destinos sustentáveis e naturalmente preservados, onde seja possível a prática de atividades de lazer. Outras linhas de produto como, por exemplo, o turismo de aventura, de pesca e náutico apresenta um desenvolvimento incipiente que, a partir de sua estruturação, potencializa o desenvolvimento do turismo com o aumento do fluxo e permanência dos visitantes. Nesse contexto, as características físicas do litoral do Paraná vêm atraindo investidores e

pesquisadores nacionais e internacionais (SETU, 2010, p. 17, grifos nossos).

Para a SETU (2010), a região apresentava grandes potencialidades de turismo associadas à preservação Ambiental. Se hoje, em 2023, a região tem um turismo estruturado, fortemente alicerçado nos componentes naturais e culturais da região (PARANÁ, 2023), pode-se entender o impacto de um estudo como o da SETU uma década antes.

As principais potencialidades para o turismo ligado ao ambiente natural no Litoral Paranaense são: a cadeia de montanhas da Serra do Mar, que divide a planície litorânea do 1.º planalto; a presença de um dos últimos remanescentes no Brasil da Floresta Atlântica; as baías de Paranaguá e Guaratuba, que, reconhecidas internacionalmente pela diversidade de fauna e flora como Reservas da Biosfera, configuram-se como berçário para diversas espécies. Além disso, a riqueza cultural das tradições, mitos, crenças e hábitos dos moradores da região, juntamente com a arquitetura diferenciada, produzem um cenário convidativo para a visita (SETU, 2010, p. 17, grifos nossos).

De forma geral, o diagnóstico da região, desenvolvido pela SETU (2010, p. 17) identificou cinco principais

“potencialidades para o desenvolvimento turístico na região”: 1. “relevância histórico-cultural da região”; 2. “presença de sítios arqueológicos pré-coloniais com potencial de aproveitamento para composição do produto turístico”; 3. “combinação de elementos naturais determina a alta valoração da paisagem e de seus atrativos e ressalta sua originalidade no mercado turístico local e regional”; 4. “proximidade com centros urbanos facilita acessibilidade”; 5. “oferta de produtos alimentícios locais, tanto nos restaurantes e nas feiras, como em pequenos comércios de produtos da agricultura familiar”.

Em contrapartida, a SETU (2010, p. 17-18) identificou cinco “entraves para o desenvolvimento turístico no litoral paranaense”: 1. “ausência de ação pública que integre a história da ocupação da região, sendo que alguns bens culturais imateriais estão degradados e não são promovidos turisticamente”; 2. “fragilidade do setor de hospedagem no que diz respeito à atração de novos investimentos e à manutenção e fortalecimento dos já existentes”; 3. “concentração de serviços turísticos nos municípios de Guaratuba, Morretes e Paranaguá, com baixa integração entre os estabelecimentos e alta sazonalidade

(alta temporada); 4. carência de mão de obra qualificada”; 5. “carência de material promocional que trabalhe de forma integrada as informações turísticas da região, com baixa divulgação da região fora do Brasil”.

Neste trecho, as potencialidades e entraves para o desenvolvimento do turismo na região do Paraná associam-se aos serviços ecossistêmicos elencados pela Millennium Ecosystem Assessment (2005a; 2005b): benefícios para os seres humanos que vão além da exploração econômica, dentre os quais destacam-se o patrimônio cultural, a heterogeneidade da paisagem, a preservação ambiental para a manutenção da biodiversidade, prazer estético. Além disso, ao tratarem da importância da agricultura familiar local, favorecem os papéis da multifuncionalidade da agricultura, sobretudo a manutenção do tecido social e cultural e reprodução socioeconômica das famílias rurais (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Anacleto, Coelho e Curvelo (2016, p. 118) ofereceram uma caracterização das propriedades rurais do Litoral do Paraná. Trata-se de uma “tradicional região de produção agrícola e pesqueira”. Está “entre as maiores do Estado na produção de banana, gengibre, palmito”. E, em menor escala,

o litoral paranaense é produtor de “arroz, milho e mandioca, pequenos animais para consumo humano (aves, peixes, caprinos e bovinos), e (...) extração de frutos do mar”. As propriedades rurais “são em sua maioria classificadas como pequenas e se inserem no contexto de pluriatividade rural”. A pluriatividade aqui é apresentada como o desenvolvimento de “várias atividades econômicas (...) de forma simultânea favorecendo pequenos produtores a incrementar seu rendimento familiar” (ANACLETO; COELHO; CURVELO, 2016, p. 119).

Sob a perspectiva da MFA, conforme definido anteriormente, seria ideal que as “pluriatividades” às quais Anacleto, Coelho e Curvelo (2016) se referem, fossem, na verdade, atividades para-agrícolas, conforme definido por Moruzzi Marques e Lacerda (2008). Ou seja, que constituíssem oportunidades de verticalização da produção e valorização da atividade produtiva. Isto porque, quando os produtores deixam a propriedade para buscar fontes de renda no comércio da cidade, por exemplo, identifica-se o comprometimento do papel “Reprodução socioeconômica das famílias rurais”, indissociável dos demais papéis (TRIVELLATO, 2021). No âmbito de estudo sobre índices de sustentabilidade ambientais, tais

aspectos relativos à verticalização e diferenciação da produção foram tema dos estudos de Rodrigues et al. (2019) e Demattê Filho (2014). O aspecto central dessa questão está no empoderamento dos agricultores, fortalecimento da ação coletiva, favorecendo a influência política desse grupo junto ao poder público em prol melhorias nas condições de vida no meio rural. O empoderamento feminino parece ter tido importante papel no desenvolvimento territorial nos municípios do Litoral do Paraná, marcados pelo “grande número de produtores rurais em condições vulneráveis com baixa produção agrícola” (ANACLETO; COELHO; CURVELO, 2016, p. 119).

Anacleto, Coelho e Curvelo (2016, p. 119) explicam que a vulnerabilidade dos produtores do Litoral do Paraná justifica-se pela “elevada declividade das terras, baixa fertilidade natural do solo e dificuldades de comercialização devido a distancias dos grandes centros consumidores”. A resposta para isso foi a mobilização das famílias produtoras “por formas mais facilitadas de comercialização da produção”, sobretudo por meio das feiras livres. Estas, além da reprodução socioeconômica das famílias, permitiram o escoamento da produção e

fortaleceram a participação das mulheres no contexto social: “as mulheres se colocaram à frente a uma nova atividade empreendedora com objetivo de renda”.

Na dissertação “Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas”, Morgane Retière (2014) destaca a importância dos agricultores na manutenção dos serviços ecossistêmicos, particularmente àqueles ligados à preservação ambiental e à cultura local. Retière (2014) lembra os esforços de Kageyama (2008) para “identificar as grandes funções do meio rural no processo geral de desenvolvimento no Brasil”. Ele teria demonstrado o reconhecimento crescente da função ambiental voltada à “proteção de bens públicos ou quase-públicos: manter as florestas, preservar a biodiversidade, fornecer água de boa qualidade, zelar pelas paisagens”. A “tradicional função produtiva” tem se tornado cada vez mais diversa, abarcando não somente “a produção agrícola, mas também aquela de agroturismo” (RETIÈRE, 2014, p. 39).

Nesse processo, surge “a figura de um agricultor territorial, que assume vários papéis, desde garantir a segurança alimentar até fornecer serviços ambientais, sem esquecer seu papel na

conservação da paisagem e da cultura local”. Retière explica que esta mudança de paradigma centrada no “enfoque territorial das questões agrícolas” alinha-se à multifuncionalidade da agricultura. Isto porque “o agricultor passa a estabelecer outras relações com o território, fornecendo à sociedade serviços mercantis e não mercantis de diversos tipos” (RETIÈRE, 2014, p. 39).

Wanderley (2009, p. 215) explica que uma “localidade rural” pode ser percebida como um “meeting place, lugar de confluência de distintos ‘atores coletivos’, que estabelecem entre si relações sociais variadas”. Esses atores “passam a disputar o uso da terra e do espaço rural e o controle das instâncias decisórias da vida local”. A partir disso, emerge um “confronto entre os discursos sobre a ruralidade destes diversos grupos sociais”, centrado em embates como “agricultura x outras atividades; eficiência econômica x preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção x consumo”. Sob esta perspectiva, o litoral paranaense situa-se como um espaço de disputa entre atores sociais, com interesses distintos. Divide-se entre turistas, empreendedores, indústrias, população local. E entre lucro,

preservação ambiental, economia e artesanidade.

Wanderley explica que, no âmbito das diferentes formas de entender o espaço rural, três posições principais têm destaque. A primeira, entende o meio rural como prioritariamente produtivo.

A segunda compreende o meio rural como uma possibilidade de melhor qualidade de vida para a sociedade, principalmente no que concerne às pessoas das grandes cidades. Nessa ótica, os espaços rurais deixam de ser compreendidos como meramente produtivos e passam a ser vistos como locais de “consumo, voltados, sobretudo, para as atividades relacionadas às funções de residência e de lazer, que vão desde as diversas formas de turismo rural até a ocupação do campo por meio de residências permanentes ou secundárias” (WANDERLEY, 2009, p. 215).

A terceira posição percebe os “espaços rurais como um bem coletivo”. Aqui, ele é entendido “não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do patrimônio ambiental a ser preservado, contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não” (WANDERLEY, 2009, p. 216).

De acordo com esses três posicionamentos, propõem-se que o litoral paranaense poderia ser entendido enquanto: 1. lugar para exploração econômica de seus recursos, de forma predatória; 2. local a ser desfrutado por suas belezas naturais; 3. espaço de preservação ambiental.

O estudo de 2014, de Guilherme Caldeira e Naína Pierri (2014, p. 122) ilustra os impactos das diferentes visões de apropriação territorial. Na época, explicam que, embora 80% do território do litoral do Paraná fosse formado por Unidades de Conservação (PIERRI et al., 2006 apud CALDEIRA; PIERRI, 2014, p. 122), desde as “últimas quatro décadas, o litoral” vinha sofrendo “impactos antrópicos importantes”, dentre eles: 1. “a sobre-exploração dos estoques pesqueiros”; 2. “o aumento do aporte de sedimento nos estuários devido a processos de desmatamento”; 3. “a poluição dos corpos d’água pelo despejo de efluentes domésticos e em decorrência de atividades dos portos de Paranaguá e Antonina” (Lana et al., 2001 apud CALDEIRA; PIERRI, 2014, p. 122), “além de alguns dos mais graves episódios de derrame de óleo ocorridos na costa brasileira” (NOERNBERG et al., 2008) (CALDEIRA; PIERRI, 2014, p. 122).

Em termos sociais, o estudo de Caldeira e Pierri (2014, p. 122) apresenta o caso do município de Pontal do Paraná/PR cuja economia “baseada no turismo sazonal de sol e praia” impactava negativamente as populações locais. Enquanto a economia era aquecida durante a temporada de verão, em função do turismo, “no resto do ano, a maioria dos trabalhadores” retornava “à condição de desemprego ou subemprego, tentando sobreviver com o dinheiro conseguido na temporada e/ou a partir de oportunidades pontuais de trabalho”. Além do turismo, a atividade portuária em Pontal do Paraná/PR impactava negativamente a população local. As “empresas de grande porte” localizadas no município, sobretudo as “multinacionais, especializadas na produção de componentes para plataformas petroleiras marinhas”, apesar de gerarem “uma quantidade significativa de empregos”, funcionavam de forma intermitente, enquanto uma parcela considerável das vagas era ocupada “por pessoas de fora, inclusive de outros estados” (PIERRI et al., 2006 apud CALDEIRA; PIERRI, 2014, p. 122).

Para Wanderley (2000, p. 89), as “profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais”, referindo-se à urbanização,

industrialização e à modernização da agricultura, não teriam eliminado as “particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais”. Trata-se de que “a modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local”.

Para além das três visões apresentadas, um território possui uma variedade de serviços que vão além da dicotomia entre exploração econômica e preservação ambiental. Nesse sentido, o Litoral do Paraná não se situa entre exploração econômica e preservação ambiental, mas navega por uma variedade de serviços ecossistêmicos que envolvem a participação dos seres humanos na apropriação e equilíbrio desse território. Os grupamentos humanos e sua interação com o ambiente podem propiciar a criação de riqueza e diversidade cultural que estão reconhecidas nos serviços ecossistêmicos culturais, o quais não existiriam se não fosse a presença dos seres humanos.

Nesse sentido, ao invés de se pensar o território do Litoral do Paraná conforme as três posições divergentes anteriormente propostas, este poderia ser um local conformado pelas

“profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais” (WANDERLEY, 2000, p. 89), de coabitação de seus distintos atores, com suas diferentes funções e perspectivas. A presença das pessoas nesse território – diferentemente da terceira visão, que exclui a ação antrópica – teria a função de manutenção dos serviços ecossistêmicos, nas suas mais variadas formas.

Se, por um lado, a apropriação de um território pelo turismo pode impactar negativamente o meio ambiente, afetando populações de animais, plantas e os distintos grupos humanos, sobretudo as populações locais mais vulneráveis. Por outro, o desenvolvimento territorial sustentável centra-se no reconhecimento das especificidades locais (CROUZOUOLON, 2019; DEMATTÊ FILHO, 2014; CERDAN et al., 2009; VELLOSO, 2008). Nessa perspectiva, os diferenciais locais tornam-se atrativos turísticos. Estes, por sua vez, impulsionam um movimento de incentivo à preservação da biodiversidade local com suas características particulares e, também, em muitos contextos, um fortalecimento e valorização da cultura local. O turismo poderia atuar, por isso, como fator motivador da preservação

ambiental no contexto do litoral paranaense. Se por um lado, a atividade turística e a agricultura podem atuar de forma predatória sobre um território, destruindo o patrimônio ambiental e cultural, expulsando as populações tradicionais e limitando o acesso aos recursos naturais aos mais ricos. Por outro, é possível que turismo atue em favor da valorização das especificidades locais, promovendo qualidade de vida, primeiramente para a população local (PORTUGUEZ; SEABRA; QUEIROZ, 2012) e a atividade agrícola, por meio dos agricultores, favoreça o equilíbrio ambiental e a diversidade cultural, bem como de expressões artísticas locais (TRIVELLATO; DOS SANTOS, 2019; TRIVELLATO, 2020).

Além disso, embora a Millennium Ecosystem Assessment (2005a; 2005b) apresente as populações tradicionais como as mais vulneráveis às questões ligadas à temática ambiental e embates de poder relativos à gestão dos serviços ecossistêmicos, estes mesmos grupos podem ter papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais (TRIVELLATO; DOS SANTOS, 2019).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste texto, analisou-se o litoral paranaense quanto à presença da atividade turística e agricultura nesse espaço. No campo da Gestão Social, o

desenvolvimento econômico e social do litoral do Paraná, nos últimos 20 anos, apresenta-se como exemplo da valorização local enquanto instrumento para promover políticas públicas voltadas ao bem-estar das pessoas que habitam a região, por meio, sobretudo, da preservação ambiental.

Em termos de participação social, o exemplo do litoral do Paraná revela em que medida a presença das pessoas no território foi responsável por reivindicar uma prática turística não predatória, mas dedicada à manutenção dos serviços ecossistêmicos. Ao mesmo tempo, a presença de agricultores preocupados com a conservação ambiental atuou como forma de resistência social à degradação ambiental, tendo como externalidade positiva a valorização do território e seu reconhecimento turístico a partir das belezas naturais preservadas.

Ao longo desse texto, identificamos no litoral do Paraná a forte presença de uma agricultura nos moldes da MFA. Compreende-se que, em termos de Gestão Social, houve o favorecimento de um determinado paradigma produtivo na região, bem como o favorecimento de um paradigma de turismo não predatório. Nota-se, nesse sentido, a importância da escolha dos paradigmas de desenvolvimento



territorial. Neste texto, tratamos particularmente do impacto dos paradigmas de turismo e a agricultura sobre um território.

O desenvolvimento sustentável de um território, logo, depende de que os gestores públicos optem por um paradigma de produção, consumo e lazer que amplie e favoreça os serviços ecossistêmicos locais. Estes gestores têm o dever, portanto, de criar condições para que agricultura e turismo sejam praticados no território – que eles são responsáveis por administrar - de modo a contribuir para o bem-estar das pessoas que ali vivem. Por outro lado, cabe à população local levar ao poder público suas reivindicações, levando-os a tomar decisões em prol do local e das pessoas em vez de abrir espaço para uma agricultura e turismo predatórios. Acreditamos que a história do litoral paranaense demonstra que isso é possível, enquanto exemplo frutífero da coexistência entre seres humanos, manutenção da biodiversidade, desenvolvimento econômico e expressão cultural.

## REFERÊNCIAS

ALVES, N. C. et al. Receita orçamentária: uma análise comparativa entre os sete municípios do Litoral do Paraná. In: Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência “Ciência, Cultura e Saberes Tradicionais para enfrentar a pobreza”, 64.,

2012, São Luís MA, Brasil. Anais Eletrônicos... São Luís: UFMA. 2012. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/livro/64ra/resumos/resumos/2805.htm>>. Acesso em: 19 mai. 2023.

ANACLETO, A.; COELHO, A. P.; CURVELO, E. B. C. As mulheres empreendedoras e as feiras livres no litoral do paraná. Revista Faz Ciência, v. 18, n. 27, p. 118-118, 2016.

BATTISTUZ, G. Z.; ZARDO, E. F. Paraná - Estudo estatístico 20 anos de turismo. Curitiba/PR: Paraná Turismo; SEBRAE/PR – Unidade de Programas Estaduais. 2014. 223p. Disponível em: <[https://www.paranaturismo.pr.gov.br/sites/turismo/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-09/parana\\_estudo\\_estatistico\\_20\\_anos\\_turismo.pdf](https://www.paranaturismo.pr.gov.br/sites/turismo/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/parana_estudo_estatistico_20_anos_turismo.pdf)>. Acesso em: 29 mai. 2023.

BRUNDTLAND, G. H. Our Common Future. World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press, 1987.

CALDEIRA, G. A.; PIERRI, N. As rela es econ micas e a gestão compartilhada de recursos comuns: o caso da pesca marinha em Pontal do Paraná, Sul do Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 32, p. 119-137, 2014.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais. 1. ed. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004. v. 5. 495p.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional. 1. ed. Jaguariúna - SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000(a). v. 1. 190 p.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste. 1. ed. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000(b). v. 3. 218 p.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. Para além da produ o: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 230p.

CEDES PR - Conselho Estadual de Desenvolvimento Econ mico e Social do Estado do Paraná. Paraná de Olho nos ODS. Secretaria das Cidades. Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <<https://www.cedes.pr.gov.br/Pagina/Parana-de-Olho-nos-ODS>>. Acesso em: 19 mai. 2023a.

CERDAN, C. et al. Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: Contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. *Política & Sociedade*, v. 8, n. 14, p. 277 – 299, 2009.

CINTRA, A. P. U. Ruralidades paranaenses: interpretações baseadas nos censos demográficos. In BRANDENBURG, A. (org.). *Mundo Rural e Ruralidades*. Curitiba: Editora UFPR, p. 23-43, 2018.

CINTRA, A. P. U.; BRANDENBURG, A. O papel do trabalho agrícola no espaço rural dos pequenos municípios do Paraná. *Revista Cronos*, v. 14, n. 2, p. 153-170, 2013.

CROUZOLON, P. A implantação da Indicação Geográfica do queijo da Canastra sob as luzes da multifuncionalidade da agricultura: a vaca dos queijos de ouro. 2019. 222p. Dissertação (Mestrado em Ciências). Piracicaba: Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada ESALQ-CENA, Universidade de São Paulo. 2019.

CUVILLIER, S. Análise de metodologias de avaliação da sustentabilidade de sistemas agrícolas – Um estudo de caso da micro-produção agrícola orgânica, no Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2006. 190p.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, 2022.

DEMATTÊ FILHO, L. C. Sistema agroalimentar da avicultura fundada em princípios da Agricultura Natural: multifuncionalidade, desenvolvimento territorial e sustentabilidade. 2014. 251p. Tese (Doutorado em Ciências). Piracicaba: Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada ESALQ-CENA, Universidade de São Paulo. 2014.

ESTADES, N. P. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. *Desenvolvimento e meio ambiente*, v. 8, p. 25-41, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Área territorial - Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizac>

<<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizac/ao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html>>. Acesso em 17 abr. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022. Tabelas. Censo Demográfico. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

IBGE. Censo Demográfico 2010: microdados da amostra - Paraná (Banco de Dados), Rio de Janeiro: IBGE, 2012. In: IBGE: Resultados do Censo Demográfico 2010, 2012. Disponível em: <<ftp.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 mai. 2023.

IPEA. Gestão Social. Observatório Ipea de Gestão do Conhecimento (GC) e Inovação na Administração Pública. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/observatorio/espaco-academico/86-politica-de-gestao-do-conhecimento#:~:text=%C3%89%20uma%20%C3%A1rea%20que%20visa,considerando%20%C3%B3gicas%20sociais%20e%20ambientais>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

KAGEYAMA, A. A. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. 376p.

LANA, P. C.; MARONE, E.; LOPES, R. M.; MACHADO, E. C. The subtropical estuarine complex of Paranaguá Bay. In: SEELIGER, U.; KJERFVE, B. (Org.) *Coastal Marine Ecosystems of Latin America*. Berlin: Springer Verlag, p. 132-145, 2001.

MACEDÔNIO, A.C. A análise ecológica-energética aplicada à agricultura. In: LA ROVÈRE, Emílio L. (org). *Capacitação para a tomada de decisões na área de energia: Energia no meio rural*. FINEP/PNUD/UNESCO, 1990. 207p.

MEA - Millennium Ecosystem Assessment. *Ecosystem and human well-being: biodiversity synthesis*. World Resources Institute, Washington, DC, 2005a, 86p.

MEA - Millennium Ecosystem Assessment. *Ecosystems and Human Well-being: Synthesis*. Island Press, Washington, DC, 2005b, 137p.

MORUZZI MARQUES, P. E.; LACERDA, T. F. N. Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da serra

geral em Santa Catarina. *Ruris*, v. 2, n. 2., p. 137-158, 2008.

NOERNBERG, M. A.; ANGELOTTI, R.; CALDEIRA, G. A.; SOUSA, A. F. R. Determinação da sensibilidade do litoral paranaense à contaminação por óleo. *Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology*, v. 12, n. 2, 49-59, 2008.

PARANÁ. Litoral do Paraná. Viage Paraná. Secretaria da Comunicação Social. Paraná Governo do Estado. Disponível em: <<https://www.viajeparana.com/Litoral-do-Parana>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

PARANACIDADE. Lei Nº 15.211 - 17 de Julho de 2006. Base Legal - Lei de Criação. Secretaria das Cidades. Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <[https://www.paranacidade.org.br/modules/cont\\_eudo/conteudo.php?conteudo=55](https://www.paranacidade.org.br/modules/cont_eudo/conteudo.php?conteudo=55)>. Acesso em: 19 mai. 2023a.

PARANACIDADE. Para ampliar alcance da Agenda 2030, Estado recebe Missão da OCDE na próxima semana. Secretaria das Cidades. Notícias. 18 mai. 2023. Disponível em: <<https://www.paranacidade.org.br/2023/05/12032/Para-ampliar-alcance-da-Agenda-2030-Estado-recebe-Missao-da-OCDE-na-proxima-semana.html>>. Acesso em: 19 mai. 2023b.

PARANÁINTERATIVO. Associações de Municípios. Secretaria das Cidades. Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <[https://paranainterativo.pr.gov.br/portal/apps/w\\_ebappviewer/index.html?id=e822f9b3e82143b48b98d9052c45ad12](https://paranainterativo.pr.gov.br/portal/apps/w_ebappviewer/index.html?id=e822f9b3e82143b48b98d9052c45ad12)>. Acesso em: 19 mai. 2023a.

PARANÁINTERATIVO. Paraná Interativo. Secretaria das Cidades. Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <<https://paranainterativo.pr.gov.br/>>. Acesso em: 19 mai. 2023b.

PIERRI, N. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 8, 25-41, 2003.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C.; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 13, 137-167, 2006.

PORTAL DOS MUNICÍPIOS. Antonina. Termo de Compromisso Público assinado junto ao PARANACIDADE. Prefeitura Municipal de Antonina. Estado do Paraná. Disponível em:

<<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/download/public/arquivos/documentos/14/2019/01/17/dJiRzgFvRDXDa2EPCY1cnpPL1Yz7i6FRTSko4Qtm.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2023a.

PORTAL DOS MUNICÍPIOS. Antonina. Termo de Compromisso Público assinado junto ao PARANACIDADE. Prefeitura Municipal de Antonina. Estado do Paraná. 14 abr. 2018. Disponível em: <<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/download/public/arquivos/documentos/14/2019/01/17/dJiRzgFvRDXDa2EPCY1cnpPL1Yz7i6FRTSko4Qtm.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2023a.

PORTAL DOS MUNICÍPIOS. O Portal: Um canal de comunicação entre os municípios e o PARANACIDADE. Estado do Paraná. Disponível em: <<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

PORTAL DOS MUNICÍPIOS. Termo de Compromisso do município de Guaraqueçaba à Agenda 2023 da ONU, seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas. Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba. Estado do Paraná. 29 jun. 2021. Disponível em: <<https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/download/public/arquivos/documentos/119/2023/04/26/f7c2Cfh4IA7kUY51gzJlcjjq90thSDrB93Artxb.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2023a.

PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G.; QUEIROZ, O. T. M. M. (orgs.). *Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local*. João Pessoa/PB: Editora Universitária da UFPB. 2012. 396p.

RETIÈRE, M. I. H. *Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas*. 2014. 114p. Dissertação (Mestrado em Ciências). Piracicaba: Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada ESALQ-CENA, Universidade de São Paulo. 2014.

RODRIGUES, G. S.; NOVAES, R. M. L.; OLIVEIRA, P. de; NICODEMO, M. L. F.; OMOTE, H. de S. G. *Análise de desempenho socioambiental da integração lavoura-pecuária-floresta na Unidade de Referência Tecnológica Sítio Nelson Guerreiro – Brotas (SP)*. Relatório Técnico Embrapa Meio Ambiente; Embrapa Cerrados; Embrapa Pecuária Sudeste. Jun. 2015. (não publicado).

RODRIGUES, G. S.; OLIVEIRA, P. de; NOVAES, R. M. L.; PEREIRA, S. E. M.;

NICODEMO, M. L. F.; SENA, A. L. dos S.; BELCHIOR, E. B.; ALMEIDA, M. R. M. de; SANTI, A.; WRUCK, F. J. Avaliação de impactos ambientais de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta conforme contexto de adoção. In: SKORUPA, L. A.; MANZATTO, C. V. (Ed.). Sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta no Brasil: estratégias regionais de transferência de tecnologia, avaliação da adoção e de impactos. Brasília: DF, Embrapa, p. 314-339, 2019.

RODRIGUES, G. S.; CAMPANHOLA, C. Sistema integrado de avaliação de impacto ambiental aplicado a atividades do Novo Rural. Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v. 38, n. 4, p. 445-451, 2003.

ROUX, B.; FOURNEL, E. Multifuncionalidade e emprego nos estabelecimentos rurais franceses: um estudo nas zonas montanhosas de LanguedocRoussillon. In: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 169-199.

SECID - Secretaria das Cidades. Amlipa – Associação dos Municípios do Litoral do Paraná. Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <<https://www.secid.pr.gov.br/Endereco/Amlipa-Associacao-dos-Municipios-do-Litoral-do-Parana>>. Acesso em: 19 mai. 2023.

SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS): Polo Turístico do Litoral Paranaense. Governo do Estado do Paraná. Curitiba/PR, 8 jun. 2010. 417p. Disponível em: <[http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/PARANA/PDTIS\\_LITORAL\\_PARANAENSE.pdf](http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/PARANA/PDTIS_LITORAL_PARANAENSE.pdf)>. Acesso em: 29 mai. 2023.

BALTAZAR, S. M. O zoneamento ecológico-econômico do litoral paranaense (ZEE PR–Litoral) como instrumento de justiça ambiental: efetividade pelo licenciamento e potenciais conflitos. In: SULZBACH, M. T.; ARCHANJO, D. R.; QUADROS, J. (orgs.). Litoral do Paraná: Território e perspectivas. Vol. 3 Dimensões de Desenvolvimento. 1 ed. Rio de Janeiro: Autografia, p. 7-24, 2018.

PAULA, E. V.; PIGOSSO, A. M. B.; WROBLEWSKI, C. A. Unidades de Conservação no Litoral do Paraná: evolução territorial e grau de implementação. In: SULZBACH, M. T.; ARCHANJO, D. R.;

QUADROS, J. (orgs.). Litoral do Paraná: Território e perspectivas. Vol. 3 Dimensões de Desenvolvimento. 1 ed. Rio de Janeiro: Autografia, p. 25-64, 2018.

SCHEFFER DA SILVA, A. et al. Observatório de Conservação Costeira do Paraná OC2: Uma nova ferramenta de apoio ao desenvolvimento regional. In: Litoral do Paraná: Território e Perspectivas. Vol. 1 Sociedade, Ambiente e Gestão. 1 ed. Curitiba: Brazil Publishing. v. 1. p. 249-273, 2016.

SUSTENTABILIDADE URBANA. Certificado de Adesão – PARANACIDADE ao Movimento Nacional ODS Nós Podemos. Secretaria das Cidades. Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <[https://sustentabilidadeurbana.org.br/ods/wp-content/uploads/2017/10/CERTIFICADO-ADES%C3%83O-PARANACIDADE\\_NMNP-ODS-NACIONAL.pdf](https://sustentabilidadeurbana.org.br/ods/wp-content/uploads/2017/10/CERTIFICADO-ADES%C3%83O-PARANACIDADE_NMNP-ODS-NACIONAL.pdf)>. Acesso em: 29 mai. 2023a.

SUSTENTABILIDADE URBANA. Municípios com Termo de Compromisso aos ODS. Secretaria das Cidades. Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <<https://sustentabilidadeurbana.org.br/ods/municipios-com-termo-de-compromisso-aos-ods/>>. Acesso em: 19 mai. 2023b.

SUSTENTABILIDADE URBANA. Paranacidade. Secretaria das Cidades. Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <<https://sustentabilidadeurbana.org.br/ods/>>. Acesso em: 19 mai. 2023c.

SUSTENTABILIDADE URBANA. Termo de Adesão - PARANACIDADE ao Movimento Nacional ODS Nós Podemos. Secretaria das Cidades. Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <<https://sustentabilidadeurbana.org.br/ods/wp-content/uploads/2017/07/Termo-de-Ades%C3%A3o-PARANACIDADE-2-PAGINAS.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2023d.

TRIVELLATO, Gabriela Maria Leme. Espaços rurais brasileiros na arte naïf de Marcelo Schimaneski: desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura. Guaju, v. 6, n. 2, p. 100-123, 2020.

TRIVELLATO, Gabriela Maria Leme. Sistema de avaliação ponderada da multifuncionalidade da agricultura: seres humanos e serviços ecossistêmicos. 2021. 212p. Dissertação (Mestrado em Ciências). Piracicaba: Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia

Aplicada ESALQ-CENA, Universidade de São Paulo. 2021.

TRIVELLATO, Gabriela Maria Leme; DOS SANTOS, Mayara Araújo. O Papel dos Seres Humanos na Manutenção dos Ecossistemas. *Revista Relicário*, v. 6, n. 11, p. 104-116, 2019.

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Estado do Paraná: as 10 mesorregiões. Disponível em: <<http://paginapessoal.utfpr.edu.br/fernandoramme/mapas/prme>>. Acesso em: 30 mai. 2023.

VELLOSO, Carolina Quiumento. Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (um estudo de caso em Urussanga, SC). 2008. 166p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). – Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.

VILAIN, L. La méthode IDEA: Indicateurs de durabilité des exploitations agricoles: Guide d'utilisation. 3<sup>ème</sup> édition. EditionsEducagri, Dijon, France, 2008. 100 p.

VILAIN, Lionel. (coord.) La Méthode IDEA - Indicateurs de Durabilité des Exploitations Agricoles: guide d'utilisation (2<sup>ème</sup> édition). Dijon: Ed. Educagri; Min. Agric. Et de la Pêche; La Bergerie National Rambouillet. 2003. 148 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas—o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos sociedade e agricultura*, v. 8, n. 2, p. 87-145, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 336 p.